

Novo choque está em

Brasil

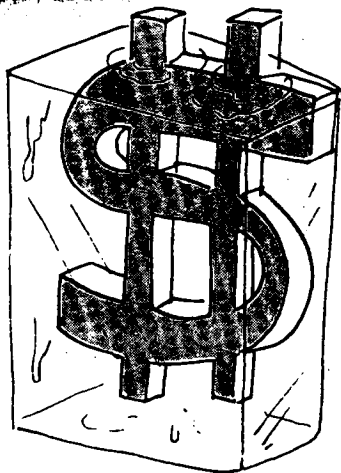
ECONOMIA • 35

estudo há 15 dias

BRASÍLIA — Um seleto e restrito grupo de assessores dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda vem se reunindo há cerca de 15 dias, para discutir idéias preliminares sobre um plano econômico não convencional, que seria adotado pelo Governo a partir de janeiro. Uma casa no Lago Sul foi reservada para que as discussões não sejam interrompidas por telefonemas e visitantes indesejáveis.

Algumas das idéias em discussão já foram submetidas à apreciação do Gabinete Civil, Serviço Nacional de Informações e pela Secretaria de Defesa Nacional. Esses órgãos deverão participar da decisão sobre o momento adequado para a adoção do plano, dadas as circunstâncias político-econômicas do País. A área econômica resiste a pressões para não introduzir alterações na atual política econômica antes de dezembro e tenta convencer os órgãos assessores do Presidente José Sarney da validade de seus argumentos: "Só mesmo uma determinação direta do Presidente Sarney poderia antecipar o plano", comentou um credenciado assessor econômico.

A concepção de um plano não convencional de combate à inflação foi antecipada em



função da explosão inesperada dos índices inflacionários, provocada em parte por boatos sobre um iminente choque na economia. Enquanto o Governo esperava chegar em dezembro com uma inflação entre 17% e 19%, as novas projeções indicam percentuais que chegam até a 30% no mês.

Até lá, os Ministérios econômicos esperam ter realizado o realinhamento completo dos preços públicos e privados sob controle; obter uma folga na



política cambial e um controle absoluto da demanda privada, através da política monetária, e pública, em decorrência do aperto da política fiscal, como pré-condições para um congelamento geral de preços.

Em dezembro, o Governo deverá colher os primeiros resultados concretos do controle do déficit público. Tudo indica, que as restrições de gastos administradas permitirão o fechamento das contas com um déficit inferior a 4% do PIB. "Estamos mais perto de 3% do que de 4%", informou um técnico da área econômica.

O plano em gestação descarta a possibilidade de adoção de uma nova moeda, como a proposta do economista Chico Lopes, que cria o Real. Para os assessores do governo, um sistema funcionando com duas moedas seria de difícil absorção pela população brasileira.